

CEDI - P. I. B.
DATA 06/10/88
COD. E400056

PASTA 07

ESTUDO Nº 008/3ª SC/86

ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL

*Análise da recente
proposição "Lei de
Estatuto da Igreja"*

*Contém: "Relatório de religiozo que vem
violando a Lei de Estatuto da Igreja"
(incompleto)*

CONFIDENCIAL

ESTUDO Nº 008/3ªSC/86

Atuação da Igreja Católica no Brasil.

I N D I C E

1. ASSUNTO -----	Fl. 01
2. ORIGEM -----	01
3. DADOS CONHECIDOS -----	01
4. APRECIÇÃO -----	04
5. CONCLUSÃO -----	16
6. PROPOSTA -----	18

A N E X O S

1. Entidades religiosas que impulsionam as atividades sócio-políticas da CNBB.
2. Organizações leigas que apóiam as atividades sócio-políticas do clero progressista.
3. Entidades estrangeiras que colaboram, financeiramente, com a Igreja Católica e com entidades religiosas e leigas a ela ligadas.
4. Organizações externas que apóiam, politicamente, o clero progressista.
5. Organograma da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB.
6. Relação dos religiosos que vêm violando a Lei de Estrangeiros.

* * * * *

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

SG/CSN

Em 03 de junho de 1986

ESTUDO Nº 008/3ªSC/86

1. ASSUNTO

RELIGIÃO. Atuação da Igreja Católica no Brasil.

2. ORIGEM

Determinação do Chefe do Gabinete da SG/CSN.

3. DADOS CONHECIDOS

a. A Igreja Católica no Brasil, a mais importante instituição religiosa em atuação no País, estrutura-se em torno de dois grandes órgãos:

- a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), centro da cúpula hierárquica (Bispos, Arcebispos e Cardeais); e
- a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), que congrega os demais sacerdotes e religiosos em geral.

A nível de embaixada, funciona a Nunciatura Apostólica, que representa o Estado do Vaticano no relacionamento diplomático com o Brasil, sendo o atual ocupante, D. CARLO FURNO, de tendência moderada.

b. Dos 400 membros da CNBB, 27% são estrangeiros, cerca de 120 pertencem à chamada "corrente progressista", ocupando todos os postos de direção do organismo, e, destes, aproximadamente, 40 são ativistas radicais de esquerda.

Na CRB, com cerca de 53.000 integrantes, 39% são estrangeiros.

c. A estrutura organizacional da Igreja apresenta o seguinte potencial:

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

(Cont. ESTUDO Nº 008/3ª SC/86

- 2 -)

- 352 seminários;
- 2.559 colégios e cursos;
- 143 faculdades;
- 1.344 hospitais, casas de saúde e postos médicos;
- 82 jornais;
- 143 emissoras de rádio;
- diversas editoras e centros de publicação;
- 150.000 Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

d. Esse potencial, disperso por todo o Território Nacional, conta, ainda, com inúmeras entidades religiosas (Anexo 1), com a função de impulsionar as atividades sócio-políticas da CNBB, notadamente:

- nos problemas da terra;
- no Movimento Sindical;
- na questão indígena;
- no campo dos "Direitos Humanos";
- na área educacional;
- nos segmentos sociais mais carentes; e
- na política partidária.

e. Outras organizações leigas (Anexo 2), criadas e/ou dirigidas por religiosos, apóiam as atividades sócio-políticas desenvolvidas pelos "progressistas". Elas exercem papel político de dar aparência de grupos de pressão às diversas campanhas e Pastorais da Igreja.

f. Além dessas, tem tido atuação relevante o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), que reúne católicos, luteranos, calvinistas, anglicanos e metodistas, tendo por objetivos, en-

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

(Cont. ESTUDO Nº 008/3ª SC/86

- 3 -)

tre outros, refletir sobre questões teológicas, buscar a unida de da Igreja e tomar posições comuns frente à realidade brasi-leira.

g. Foram identificadas 43 entidades estrangeiras (Anexo 3), que prestam apoio financeiro à Igreja Católica, destacando-se as sediadas na Alemanha e na Holanda, que têm doado vultosos re cursos, propiciando a implementação e a manutenção de ativa-des em todos os setores da vida nacional.

h. Organizações políticas externas (Anexo 4) também prestam apoio político ao "clero progressista" nas campanhas aqui desen-volvidas.

i. O organograma da CNBB (Anexo 5) mostra uma estrutura ca-paz de alcançar todos os pontos do Território Nacional, atuando em todos os níveis da sociedade.

j. Com o apoio político e financeiro do exterior e a estru-tura e os meios de comunicação de que dispõe a Igreja, aliada ao CONIC e às entidades leigas, vem o "clero progressista" de-senvolvendo as seguintes campanhas:

- consolidação da Central Única dos Trabalhadores (CUT);
- organização da União Nacional dos Estudantes (UNE);
- implementação da "Educação Popular" no País;
- estabelecimento de um novo sistema de Comunicação Social ajustado aos interesses das classes populares;
- formação de lideranças sindicais, rurais e urbanas;
- formação, criação e apoio aos movimentos populares;
- consolidação do Partido dos Trabalhadores (PT);
- organização e apoio aos trabalhadores rurais e aos "Sem-Terra";

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

(Cont. ESTUDO Nº 008/3ª SC/86 ----- 4 -----)

- combate à seca do Nordeste, particularmente, em oposição aos programas governamentais para a região;
- contra os grandes projetos governamentais, especialmente os relacionados com a construção de barragens e o Projeto Grande Carajás;
- formação de lideranças estudantis;
- formação de lideranças para o PT e para as CEBs;
- contra a proliferação das seitas, do espiritismo e dos cultos afro-brasileiros;
- pelo engajamento dos capelães militares às diretrizes da CNBB;
- em favor das minorias: negros e índios;
- Campanha Nacional pela Implantação da Reforma Agrária;
- Campanha da Fraternidade (CF-86), também dedicada às questões da terra; e
- Campanha pela Assembléia Nacional Constituinte.

4. APRECIACÃO

a. A "corrente progressista", embora minoritária, possui grande influência no direcionamento das ações pastorais da Igreja no Brasil. Com atuação bastante eficiente, prega mudanças rápidas e radicais e o confronto social, num processo nitidamente divergente dos ensinamentos evangélicos tradicionais, mantendo acuada a maioria conservadora.

Essa ala ocupa todos os postos de direção da CNBB, imprimindo-lhe uma linha essencialmente sócio-política, quando não revolucionária.

b. Especial atenção merecem os "progressistas" radicais, pelo papel que exercem no acirramento dos problemas sociais e pelo trabalho de conscientização político-ideológico-revolucionária que dão ao curso de suas ações. São eles que, normalmente,

CONFIDENCIAL

(Cont. ESTUDO Nº 008/3^aSC/86 - 5 -)

ocupam funções executivas nos organismos encarregados de pôr em prática as diretrizes pastorais da Igreja Católica no Brasil e, subsidiariamente, de realizar gestões no sentido de estimular organizações leigas e ecumênicas, nacionais e internacionais, a apoiarem seu trabalho, inclusive com recursos financeiros.

c. Esses radicais atuam de conformidade com os fundamentos da "Teologia da Libertação", que consiste na utilização do Cristianismo como uma "praxis" de luta pela libertação humana, a partir do sentido temporal, e não espiritual. Seus teóricos, quando não declaram publicamente, evidenciam, em suas obras, uma formação marxista. Adversários do capitalismo, defendem a implantação do socialismo, embora alguns, eufemisticamente, procurem indicá-lo como uma suposta terceira via entre o capitalismo e o comunismo clássico.

d. Estágio avançado da "Teologia da Libertação", toma corpo a "Teologia do Conflito", que procura sustentar, teologicamente, a participação na luta revolucionária como uma atitude profundamente cristã e evangélica.

A "Teologia da Libertação" (TL) e a "Teologia do Conflito" (TC), na prática, são representadas pela chamada "Igreja Popular", cujo primeiro templo foi inaugurado em Dez 83, em São Geraldo do Araguaia/PA, denominado "Jesus Cristo Libertador", pelo Cardeal ALOÍSIO LORSCHIEDER.

A TC vem sendo amplamente aplicada no Brasil e nos países do Terceiro Mundo, estando evidenciada nos diversos movimentos sociais reivindicatórios e/ou de pressão, e, principalmente, nos conflitos de terra. Recomenda, como princípios e teses, especialmente, os seguintes:

- a desobediência civil organizada e o descumprimento positivo da lei;
- a luta de classes, como um princípio que pertence ao Reino de Deus;

- o conhecimento da psicologia do conflito, como forma de preparar a estratégia de vitória;
- "a fé evangélica deve tornar-se cada vez mais o fermento da revolução popular";
- "o importante não é ser violento de vez em quando, mas, sim, firme o tempo todo, na luta por uma nova sociedade";
- "não é possível obter uma solução não violenta, quando todo um processo histórico caminha para um desfecho violento";
- "o mártir e o guerrilheiro estão bem próximos um do outro, Ambos sacrificam a vida. Porém, cremos que precisamos mais de mártires do que de guerrilheiros";
- "a 'Não-Violência' não significa passividade, nem mesmo pacifismo. É uma maneira de viver o conflito, para concretizar no campo da luta social, o mandamento de Jesus: 'amem seus inimigos', pois, amar o inimigo significa que temos inimigo";
- "aceitamos plenamente a luta de classes" (...) "o patrão é o 'inimigo' da classe operária";
- "toda proposta da 'Não-Violência-Ativa', ou seja da firmeza permanente, consiste em não negar a realidade dos conflitos, mas, sim, em assumi-los, entendê-los e superá-los com a 'violência evangélica', que pretende não matar o adversário nem moral, nem fisicamente, e que supõe um engajamento forte, firme e organizado".

c. Estas atividades sócio-políticas intensificaram-se a partir da Reunião de Puebla (México/80), quando os bispos latino-americanos decidiram pela "opção preferencial pelos pobres", de tal forma que hoje significa organizar e promover movimentos de contestação ao regime capitalista.

(Cont. ESTUDO Nº 008/3ª SC/86 ----- 7 -----)

O próprio Vaticano, ultimamente, vem promovendo esforços para recolocar a Igreja Brasileira na linha tradicional, dando ênfase a uma doutrina cristã amadurecida.

f. O trabalho do "clero progressista" assenta-se, fundamentalmente, nos problemas sócio-econômicos do País, muito bem delectados e manipulados, aproveitando-se da insuficiente capacidade das respostas apresentadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela correção das distorções, bem como do baixo nível cultural das camadas sociais em que atua.

A seguir, uma apreciação mais detalhada das atividades sócio-políticas da Igreja Católica nas questões mais relevantes da vida nacional.

A Igreja e a Questão Fundiária

g. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) está organizada em regionais, cobrindo todo o País. Dirigida por "progressistas" radicais e contando com o apoio da cúpula da CNBB, realiza intenso trabalho de mobilização no meio rural, tendo grande parcela de responsabilidade nos conflitos fundiários. Através de uma ação "conscientizadora", vem insuflando o homem do campo à luta pela terra, instituindo até mesmo um código de conduta para os casos de invasões, emboscadas e resistências.

h. Concomitantemente, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), outro órgão da CNBB, atua duplamente: nos centros comunitários, explorando os problemas sociais das periferias e favelas, e, no meio rural, infiltrando-se nos sindicatos de trabalhadores rurais, procurando formar lideranças em consonância com as propostas da CPT.

A FASE, tendo as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) como seus instrumentos de atuação, cerca de 150.000, conta, em seus quadros, com militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), particularmente no Estado do Pará.

(Cont. ESTUDO Nº 008/3ª SC/86 ----- 8 -----)

i. A "Campanha Nacional pela Reforma Agrária" que se desenvolve no País, desde 1983, sob a orientação da CNBB e com a participação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), da CPT e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), foi revigorada com a Campanha da Fraternidade de 1986 (CF-86), que reforça a idéia da necessidade de mobilização e organização popular, com vistas à promoção de uma "Reforma Agrária justa, autêntica e ampla".

A CF-86, cujo tema central é "Terra de Deus, Terra de Irmãos", vem sendo desenvolvida através de um Texto-Base e de um Manual editados pela CNBB.

Redigido em linguagem nitidamente "progressista", identificada com os princípios e os objetivos da "Teologia da Libertação", o Manual procura atrelar uma questão puramente sócio-política — a questão da terra — às celebrações religiosas. Pretendendo estabelecer um paralelo entre o "sem-terra", que perambula pelo País, e o povo hebreu, que buscava a "terra prometida", induz ao raciocínio de que a terra, um "dom de Deus", só será conquistada com a união e a organização dos trabalhadores que, ao lado de representantes da Igreja, poderão "romper cercas" e realizar uma "Reforma Agrária justa".

A associação do tema a motivos religiosos, na celebração de atos litúrgicos, apresenta-se sempre de forma tendenciosa, como por exemplo:

" — Nem sempre o nosso entusiasmo nos leva a convicções firmes até as últimas conseqüências. Esqueçemo-nos de que toda a libertação supõe uma dose de sangue."

" — Você tem coragem de dar a vida para que haja mais justiça no Brasil? Você não é discípulo do Mestre? Você tem coragem de lutar pela fraternidade e justa distribuição de terra?"

CONFIDENCIAL

(Cont. ESTUDO Nº 008/3ª SC/86 ----- 9 -----)

Utilizando-se de uma linguagem mais característica dos so
ciólogos de esquerda do que de clérigos, o Manual "desconhece"
a existência do Estado e do Governo — este como mediador e res
ponsável pelas questões sociais — e prega a revolta e a luta
de classes, levada às últimas consequências, inclusive com der
ramamento de sangue.

Sua mensagem, nada evangélica ou fraterna, caso atinja os
objetivos propostos, transformará a "Terra de Deus" em terra de
inimigos, e a questão da terra em movimento político-revolucio
nário.

j. Nos últimos anos, praticou-se uma verdadeira "expropria
ção" da propriedade privada, de forma organizada, sob a alega
ção de que "moradia é direito de todos" e/ou de que "a terra é
de quem nela trabalha". Assim, o direito à terra se sobrepõe
ao direito de propriedade, e as invasões são interpretadas como
simples "ocupações" pelos que as praticam, sendo esse processo
considerado uma das formas de "reforma agrária".

Esse antagonismo afeta gravemente a PAZ SOCIAL e o proces
so de INTEGRAÇÃO NACIONAL.

A Igreja e o Movimento Sindical

1. O "clero progressista" vem estabelecendo diretrizes que se
constituem num intenso e amplo trabalho de conscientização da
classe operária, disseminando-as através de militantes infiltra
dos nas fábricas e nos sindicatos, destacando-se padres-operá
rios, líderes de comunidades e agentes de pastorais.

O Movimento Sindical (MS) desenvolveu, com bastante êxi
to, a tese de "Não-Violência", que consiste, basicamente, na de
sobediência civil. O movimento grevista de Mai 78 foi todo cal
cado nesse método de orientação da Igreja: o operário compare
cia ao trabalho, marcava o ponto, mas não realizava seus afaze
res.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

(Cont. ESTUDO Nº 008/3ªSC/86 - 10 -)

A arregimentação do operariado efetivou-se de diversas formas:

- nas empresas, com a criação das comissões de fábrica e na união em torno da oposição sindical;
- diversas associações de mães, donas-de-casa e amigos de bairros, daí partindo para um movimento maior, que resultou no Movimento do Custo de Vida (MCV);
- a criação dos Centros de Defesa dos Direitos Humanos e Comunidades Eclesiais de Base;
- a defesa de sindicatos livres e autônomos;
- a formação de lideranças sindicais de oposição;
- a crítica à política salarial do Governo, responsabilizando-o pelo arrocho salarial;
- a condenação da legislação trabalhista, particularmente o instituto do FGTS, "causador da rotatividade da mão-de-obra, que ocasiona o desemprego e/ou o pagamento de baixos salários";
- a difusão da tese de que a política econômica do Governo favorecia apenas os grupos econômicos, em detrimento do trabalhador;
- reuniões e distribuição de inúmeros folhetos, livros e panfletos, além de intensa pregação junto aos trabalhadores, objetivando seu engajamento em um movimento amplo.

m. Se, no momento, o clero está voltado para a CF-86, dedicada à questão fundiária, e ao processo da Constituinte, não se deve considerar que se retirou do MS: isto se comprova pela

CONFIDENCIAL

promoção de greves em serviços essenciais e pela manutenção das declaradas ilegais, destacando-se as greves dos ferroviários, portuários, médicos e professores.

O Movimento Sindical vem afetando, sensivelmente, o PROGRESSO e a PAZ SOCIAL.

A Igreja e a Questão Indígena

n. Nos últimos anos, a questão indígena adquiriu negativa repercussão nacional e internacional. Problemas de toda ordem, entre índios e a sociedade envolvente, fizeram surgir um quadro social complexo.

Neste contexto, atua o CIMI. A exemplo da CPT, está organizado em regionais e núcleos, cobrindo todo o Território Nacional, sendo notória sua responsabilidade nos frequentes conflitos entre índios e não-índios.

Dirigido por "progressistas" radicais, tem sido o principal opositor da política indigenista oficial, contando com a colaboração de dezenas de entidades de apoio à causa indígena.

Como principais "bandeiras", o CIMI defende a autodeterminação dos povos indígenas, o respeito às suas culturas, a demarcação de suas terras, a nacionalidade indígena própria (nações indígenas não incorporadas à sociedade nacional), a propriedade do solo e o domínio do subsolo. Nesse sentido, promove intenso trabalho de formação de lideranças e induz as comunidades silvícolas a exigirem soluções imediatas, utilizando formas diversas de pressão, desde a interdição de estradas ao seqüestro de pessoas. Observa-se a influência do CIMI na significativa expansão das Áreas Indígenas, particularmente na Amazônia, onde se evidenciam interesses alienígenos. As Áreas Indígenas, atualmente, perfazem 75.037.182 ha, cabendo, em média 422 ha a cada índio. No Estado do Pará, a média atinge a 1.213 ha/índio, onde, para uma família de não-índios ou colonos, o INCRA estabeleceu módulos rurais variando de 4 ha (exploração hortigranjeira) a 115 ha (extração florestal).

Na questão indígena e na fundiária, o "clero progressista" adota posições contraditórias: é contra posseiros invadindo ex

(Cont. ESTUDO Nº 008/3ª SC/86 ----- 12 -----)

tensas, despovoadas e improdutivas Áreas Indígenas da Amazônia, e é a favor dos posseiros invadindo latifúndios produtivos do Nordeste ou Centro-Sul.

A liberdade de ação dos índios, protegidos pelo instituto da tutela, a desmesurada expansão das Áreas Indígenas, especialmente na Faixa de Fronteira, e a tese da autodeterminação (plurinacionalidade) comprometem a PAZ SOCIAL, o PROGRESSO, a INTEGRIDADE DO TERRITÓRIO e a INTEGRAÇÃO NACIONAL e, até mesmo, a SOBERANIA.

Atuação no Campo dos Direitos Humanos

o. A atuação da Igreja no campo dos "Direitos Humanos" se processa através das Comissões de Justiça e Paz (CJP). Sob a orientação de religiosos e compostas por leigos, atuam junto às Arquidioceses, Dioceses e Prelazias, com o objetivo de prestarem assistência jurídica e de defenderem os direitos humanos, tema que, por sua abrangência, vem sendo utilizado com diferentes conotações interpretativas na exploração dos problemas sociais. Nesse trabalho, a Igreja se apóia nos inúmeros centros de Defesa dos Direitos Humanos criados no País, por iniciativa do próprio clero.

Atuação na Área Educacional

p. Com cerca de 143 estabelecimentos de ensino superior e 2.559 colégios e cursos variados instalados em diversos pontos do Território Nacional, a Igreja Católica mantém uma hegemonia que lhe permite liderar e influenciar importantes parcelas da sociedade brasileira.

O "clero progressista" questiona veementemente o atual modelo educacional do País, sob a argumentação de que está estruturado de acordo com os interesses das classes dominantes, dos poderosos e do sistema capitalista "opressor". Com o propósito de eliminar esse sistema, defende a implantação da chamada "Educação Libertadora", mais conhecida como "Educação Popular", com um enfoque essencialmente classista.

Esse potencial de influência e o questionamento do modelo educacional do País, aliado à pretensão de introduzir, nos currículos das escolas católicas, as diretrizes "pastorais" da CNBB, representam grave risco para a formação de grande parte da juventude brasileira e uma séria ameaça à DEMOCRACIA.

Atuação nos Segmentos Sociais mais Carentes

q. A tônica atual da Igreja Católica, traduzida na expressão "opção preferencial pelos pobres", corrigida recentemente pelo Vaticano para "amor preferencial pelos pobres", tem constituído o tema principal para a atuação do "clero progressista", que, aproveitando-se do baixo nível cultural das camadas mais carentes da população, procura manipular suas aspirações e sua natural credence para a pregação sócio-político-revolucionária. Essa conscientização dos trabalhadores rurais, operários, favelados e outros segmentos sociais menos favorecidos tem sido realizada através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), estimadas em 150.000 em todo Território Nacional.

O grande sucesso das CEBs é atribuído ao fato de reunirem pequenos grupos de nível social equivalente para refletirem e discutirem problemas comuns, de interesse da família, do bairro, do trabalho e até da conjuntura nacional, que são então mesclados com temas de interesse sócio-político.

Atuação na Política Partidária

r. Oficialmente, a Igreja Católica não mantém ligações com partidos políticos e organizações comunistas. Todavia, os "progressistas" radicais atuam em consonância com alguns princípios e objetivos defendidos pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B). A criação do PT contou com larga participação da esquerda católica.

Observa-se uma crescente desenvoltura do "clero progressista" no campo da política partidária, beneficiada pela enorme in

fluência político-eleitoral da Igreja, com o que a classe política sempre procurou contar.

A Igreja e a Nova Constituição

s. No momento, a Igreja Católica concentra-se na Campanha pela Assembleia Nacional Constituinte, buscando consolidar na nova Carta Magna todas as proposições formuladas em suas campanhas.

No período de 9 a 18 Abr 86, a CNBB realizou a 24ª Assembleia Geral, em Itaipava-SP, ocasião em que 253 bispos de todas as dioceses brasileiras votaram a Declaração Pastoral "POR UMA NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL".

Em termos gerais, a CNBB, nessa Declaração, propõe mudanças menos radicais e mais lentas do que as pretendidas em outros documentos, destacando-se as seguintes:

— Quanto à Política Indigenista:

- "Dada a existência de povos indígenas no Brasil, secularmente submetidos a todo tipo de espoliação, é necessário que a Constituição reconheça a pluralidade étnica da sociedade brasileira, garantindo a autodeterminação desses povos, respeitando-lhes a cultura e acolhendo suas organizações tribais, como povos minoritários dentro da sociedade brasileira".

- "Para a sobrevivência destes povos e a preservação de sua cultura, a Constituição deverá garantir-lhes o domínio e a posse coletiva, inalienável e exclusiva das áreas por eles habitadas, com usufruto de todas as suas riquezas, inclusive do subsolo. Estas áreas deverão ser imediatamente demarcadas".

— Quanto ao Serviço Militar Obrigatório:

Reconhece o direito à objeção de consciência à presta-

ção desse serviço, e propõe a alternativa do serviço civil substitutivo, em benefício da comunidade.

— Quanto ao Movimento Sindical:

Reconhece a greve como direito dos trabalhadores, inclusive nos serviços essenciais, onde a paralização é proibida pela legislação vigente.

— Quanto à Indústria Nacional de Armamento:

Propugna pelo desestímulo à participação do Brasil no mercado internacional de armamentos e pela proibição da aplicação de recursos públicos na indústria bélica de exportação.

— Quanto ao Problema Demográfico Brasileiro:

O conceito apresentado está em perfeita consonância com as idéias deste órgão. Transcreve-se o seguinte texto da Declaração Pastoral:

" Os esposos, orientados pelos critérios da moral e tendo sempre em vista a grave tarefa de educar e sustentar os filhos, devem ser respeitados em seu direito ao planejamento familiar. Dentro desse respeito, os poderes públicos devem promover a informação apropriada e tomar medidas aptas, conformes às exigências da lei moral, defendendo a família frente à imposição de programas antinatalistas."

s. Enquanto os partidos políticos se preocupam com o sucesso eleitoral em novembro, deixando em segundo plano os temas constitucionais, a Igreja deflagra no País uma verdadeira "Operação Constituinte", pondo sua estrutura a serviço do debate sobre propostas a serem levadas à Assembléia Nacional Constituinte e da conscientização do povo quanto aos critérios a serem observados para escolher candidatos a essa Constituinte.

5. CONCLUSÃO

A Igreja Católica no Brasil, através de uma minoria ativa, vem apresentando um comportamento bastante desviado dos padrões preconizados pela doutrina religiosa. Engajando-se de forma crescente em movimentos de caráter político e de contestação ao Governo, tendo como base os graves problemas sociais e econômicos que envolvem a sociedade brasileira, tem sido responsável pelo surgimento de focos de tensão em todo o País.

Essa minoria, denominada "clero progressista", ocupando a direção da CNBB, propugna melhorias sociais para as faixas mais carentes da população, pregando, no entanto, o uso da força, os movimentos de massas e mudanças rápidas e radicais, mantendo acuada a maioria conservadora da Igreja.

Com uma extraordinária estrutura organizacional (Anexos 1 e 5), apoiada pelo CONIC, por organizações leigas criadas e/ou dirigidas por religiosos (Anexo 2) e por entidades estrangeiras (Anexos 3 e 4), vem a Igreja Católica imiscuindo-se nos problemas nacionais, notadamente:

- nos problemas da terra;
- no Movimento Sindical (MS);
- na questão indígena;
- no campo dos Direitos Humanos
- na área educacional;
- nos segmentos sociais mais carentes; e
- na política partidária.

Esta ingerência nos negócios do Estado se processa através de inúmeras campanhas, baseadas em estudos e análises dos problemas nacionais por órgãos da própria Igreja, aproveitando-se dos anseios das classes que sofrem as consequências das dificuldades sócio-econômicas do País, muito bem detectadas e manipula

CONFIDENCIAL

(Cont. ESTUDO Nº 008/3ª SC/86 ----- 17 -----)

das por esses órgãos.

Em síntese, a atuação da minoria "progressista" da Igreja, apoiada em tão vasta estrutura, vem causando preocupação, principalmente no que diz respeito aos seguintes aspectos:

- imensa capacidade de penetração: em todo o Território Nacional;
- dominação das mentes naturalmente crédulas do nosso homem do interior;
- enorme influência em todos os níveis da sociedade;
- aproveitamento da sensibilidade religiosa do homem brasileiro para a exploração dos desníveis sociais e das dificuldades por que passa a grande maioria do povo;
- significativa participação de sacerdotes estrangeiros e de organizações externas prestando apoio político e financeiro;
- doutrinação divergente dos ensinamentos evangélicos, cada vez mais associados a postulações sócio-políticas;
- insuflação à resistência passiva e a movimentos de rebelião declarada (desobediência civil organizada e descumprimento proposital da lei);
- passividade da maioria conservadora da Igreja;
- descrédito da Instituição, resultando no incentivo ao fortalecimento ou ao surgimento de outras seitas; e
- despreparo governamental ante o crescente agravamento do problema.

A interferência da Igreja na solução dos problemas nacionais tem gerado conflitos que afetam, praticamente, todos os Objetivos Nacionais Permanentes (ONP).

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

(Cont. ESTUDO Nº 008/3ª SC/86 ----- 18 -----)

6. PROPOSTA

Em vista do exposto, sugere-se:

a. Prosseguimento e ampliação dos programas sócio-econômicos do Governo, como medida eficaz para a retirada dos pontos de sustentação das campanhas da Igreja.

b. Criação de um Grupo de Trabalho Interministerial, constituído por representantes do SNI, da SG/CSN e do MRE, para, em caráter confidencial, estudar o problema da ingerência da Igreja nos negócios do Estado e propor medidas visando a:

- Instituição de um canal próprio para o diálogo com a Igreja Tradicional, a nível de Governo.
- Desenvolvimento de ações de Comunicação Social que esclareçam a opinião pública quanto aos crescentes e graves riscos para a Nação Brasileira causados pela manipulação nociva dos problemas nacionais.
- Mobilização das diversas correntes políticas que apóiam o Governo, para se contraporem às ações do clero, naquilo que for adverso aos Objetivos do Governo.
- Criação de adequados mecanismos de controle de atuação das organizações religiosas no Brasil, da participação de sacerdotes estrangeiros e do ingresso de recursos no País destinados às campanhas da Igreja.

CONFIDENCIAL